

É TEMPO DE FALAR DO LABORATÓRIO MILITAR

Há cinco anos, uma nota da Direcção do STEFFAs aos órgãos de comunicação social continha a seguinte afirmação: **«O Laboratório Militar é a única entidade no país detentora das faculdades e capacidades necessárias para, em caso de necessidade, frente a cenários adversos de epidemia, emergência, ruptura de fornecimentos, conflito, calamidade ou catástrofe natural, poder produzir medicamentos, fármacos, e outros produtos e materiais clínicos, para as Forças Armadas e para a população em geral.»** [excerto de nota da Direcção do STEFFAs aos órgãos de comunicação social, 08/09/2015]

Por essa altura, o então governo PSD/CDS tentava levar para a frente um Decreto-Lei que levaria ao completo desmantelamento e destruição do Laboratório Militar. Na nota à comunicação social acima referida, o STEFFAs comunicava a realização, no dia seguinte, de uma concentração de trabalhadores do LMPQF em frente à Presidência da República, com o objectivo de exigir a suspensão desse mesmo diploma. Esta concentração, que contou com a participação do Secretário-Geral da CGTP-IN, foi uma de muitas acções de luta e denúncia contra um diploma legal irresponsável, e até criminoso, pois teria privado o país de uma infra-estrutura com capacidades estratégicas essenciais para o bem-comum – como ficou agora bem patente para todos, com a epidemia de Covid-19.

Foram, em muitos casos, «acções relâmpago», durante aquele que foi um verdadeiro «verão quente» para os trabalhadores do LMPQF, pois o diploma havia sido apresentado em Agosto, por um governo em final de mandato. **E foi graças à luta desses mesmos trabalhadores, que tivemos o orgulho de organizar, apoiados, como sempre, pela CGTP-IN, pela União dos Sindicatos de Lisboa, pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e por muitas vozes corajosas, individuais e colectivas, que se fizeram ouvir, vindas quer do campo civil, quer do campo militar, que esse criminoso projecto foi derrotado, não tendo sido promulgado o diploma.**

Agora, perante a realidade da actual situação epidémica, a importância do LMPQF está à vista de todos e não faltam elogios e belas palavras em torno do papel desempenhado por esta instituição centenária. **Só que palavras não bastam: há que retirar conclusões.**

Integrado na base da pirâmide capitalista global, Portugal não pode almejar a ser totalmente independente na produção de medicamentos e outros produtos clínicos. Daí à situação oposta (sermos *totalmente dependentes*) vai uma distância muito grande. Se a presente realidade epidemiológica traz consigo (ou, pelo menos, *deveria trazer*) muitos ensinamentos, um deles é certamente este: **no capítulo do medicamento, ficamos totalmente dependentes da indústria privada (mesmo que seja apelidada de «nacional») e de cadeias de fornecimento a partir do estrangeiro, é um erro que se pode pagar muito caro – e aqui não é de dinheiro que estamos a falar mas sim de vidas humanas e da saúde da população em geral.**

O papel desempenhado pelo LMPQF na situação que vivemos é, para os seus trabalhadores e para nós enquanto Sindicato deste sector, motivo de grande orgulho. Mas é preciso dizer muito claramente duas coisas:

1.º - Se existe ainda Laboratório Militar para ajudar nesta situação é graças às gerações de trabalhadores, civis e militares, que nele laboraram e que por ele lutaram ao longo de mais de cem anos. Não é, de certeza, graças às intermináveis indecisões, hesitações e manobras em «zig-zag» e «volta-atrás» encetadas pelos sucessivos governos.

2.º - Aquilo que o Laboratório Militar está a assegurar de momento (constituição de reservas estratégicas nacionais, produção de desinfectante, etc.) é extremamente importante mas é apenas uma pequena fracção do que esta instituição poderia fazer, caso tivesse havido o necessário investimento em pessoal e equipamento ao longo dos anos.



ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020 PREVÊ CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DO MEDICAMENTO

Como é já do conhecimento geral, durante a discussão da Lei do Orçamento do Estado para 2020 foi aprovada a criação de uma nova entidade a suceder ao Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos – o **Laboratório Nacional do Medicamento (LNM)**. Segundo o diploma, esta nova entidade será integrada na administração indirecta do Estado, dotada de autonomia administrativa e financeira, bem como de património próprio, e insere -se na orgânica do Exército, prosseguindo atribuições do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Saúde.

O novo LNM terá a qualidade de Laboratório de Estado e **«a missão de contribuir para o desenvolvimento da investigação e produção de medicamentos, dispositivos médicos e outros produtos de saúde, diminuindo a dependência do país em face da indústria farmacêutica e afirmando a soberania nacional nessa área.»** [Orçamento do Estado para 2020 – Lei n.º 2/2020, de 31 de Março, art.º 263.º, n.º 4, alínea d)]

Trata-se de uma nobre missão e, como vimos atrás, de importância evidenciada pela epidemia que vivemos. Para que ela possa ser desempenhada, resta saber como vai ser concretizada e operacionalizada a criação da nova entidade. Foi nesse sentido que solicitámos ao Ministério da Defesa Nacional uma reunião com esta questão como ponto principal da ordem de trabalhos. Este encontro realizou-se no final do mês passado e a delegação do STEFFAs que se deslocou ao Ministério da Defesa Nacional reuniu com elementos do Gabinete do Ministro e da sua Assessoria Jurídica.

Durante a reunião, foi-nos dito que o novo LNM terá, em termos da sua natureza jurídica, um estatuto em tudo semelhante ao do Instituto Hidrográfico (Marinha), considerado um modelo de sucesso. Quanto a prazos, o Ministério afirma estarem a ser cumpridos e que, dentro dos 180 dias previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2020, estará pronto (e ser-nos-á enviado para emissão de parecer) o projecto de Decreto-Lei que visa definir as atribuições no âmbito da atividade farmacêutica, no âmbito específico da atividade militar e operacional, organização e funcionamento do LNM.

Pela parte do STEFFAs, colocámos, como sempre, o foco sobre os trabalhadores: além da questão fundamental da preservação do quadro de pessoal civil (e do muito necessário aumento do seu efectivo), é preciso não esquecer que o Laboratório Militar passou, ainda muito recentemente, por uma reestruturação e que as incertezas e ansiedades que estes processos causam têm de ser atenuadas, enquanto se asseguram todos os direitos e a estabilidade necessária durante a transição. Chamámos também a atenção para as dificuldades de funcionamento e de relacionamento com outras entidades que estes processos habitualmente originam (e que já originaram, no passado recente, em particular no caso do LMPQF), bem como para a importância da preservação do quadro de militares especializados em Farmácia, em nossa opinião uma mais-valia que não pode ser desperdiçada.

Além do já referido, deixámos esta outra reivindicação principal: para que este projecto resulte e funcione a bem dos trabalhadores e do país **são imprescindíveis certas condições, nomeadamente: VONTADE POLÍTICA por parte do Governo, INVESTIMENTO e RESPEITO PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, civis e militares. Só com estes pressupostos garantidos poderá ser cumprida a missão preconizada para o novo Laboratório Nacional do Medicamento.**

É neste espírito que continuaremos a lutar e a acompanhar com muita atenção este processo.

SINDICALIZA-TE NO STEFFAs!

A Direcção